



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dois de junho de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Nélio Aurélio de Souza – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Antes de começar a reunião, eu solicito ao senhor que o senhor tirasse de pauta o Decreto nº 311/2015”. O Senhor Presidente: “será retirado”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu pediria o silêncio porque o Plenário é ocupado somente pelos vereadores, é impossível. Eu pediria silêncio, a colaboração de todos para a gente manter a ordem nessa reunião. Eu vou ler uma carta que nos foi enviada, a Câmara Municipal e eu gostaria de fazer a leitura desta carta aberta: ‘Gostaria de falar sobre um assunto que foi veiculado nos jornais O Tempo e Super Notícia, ontem e hoje, e está circulando pela cidade, as denúncias de desvios financeiros da Prefeitura de Nova Lima. Esta é uma notícia muito séria e que merece toda a nossa atenção, pois envolve dinheiro público e a Câmara Municipal também tem a obrigação de apurar. Como as informações que temos são somente as veiculadas pelos jornais, comunico aos senhores vereadores que a Câmara já tem um ofício pronto para ser encaminhado ao Promotor de Justiça André Luís Garcia de Pinho, que está à frente das



investigações, solicitando cópia integral do relatório para a nossa análise. Convido a todos os vereadores a assinarem o ofício juntamente comigo. Baseado nesse relatório, vamos pedir esclarecimentos à Prefeitura e fazer o nosso trabalho para que tudo seja esclarecido e, se comprovadas as denúncias, todos os responsáveis sejam punidos na forma da lei, pois temos compromisso com Nova Lima e com o patrimônio público. Repito: se as denúncias forem comprovadas, não podemos deixar que fatos dessa natureza manchem o nome e a história de nossa cidade'. Convido todos os vereadores para assinarem juntamente comigo o ofício que será encaminhado ao Ministério Público". A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: "eu pediria silêncio, eu pediria silêncio. Vocês não podem manifestar. Aqui, eu pediria a colaboração de vocês porque aqui é uma Casa Legislativa. Nós damos todas as aberturas, entenderam? Porque senão nós não vamos conseguir que seja realizada uma boa reunião para vocês entenderem os fatos". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "Senhor Presidente, Questão de Ordem. Só um minuto, por favor". A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: "eu pediria silêncio, eu pediria silêncio. Olha o respeito". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "desse jeito aqui não tem jeito de conduzir esta reunião. O senhor toma providência". O Senhor Presidente: "se continuar assim, gente, não vai dar bem, não vai ser bom para ninguém. Aqui é uma Casa de Leis, nós procuramos ficar do lado do povo o tempo todo, vocês sabem disso". A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: "eu pediria a vocês para a gente não tomar providências mais pesadas aqui nesta noite. Porque eu posso até interromper esta reunião porque aqui tem que ter... A ordem tem que ser cumprida aqui dentro. Vocês respeitem os vereadores porque aqui não pode



manifestar”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu vou pedir para suspender a reunião por cinco minutos devido não a...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião por cinco minutos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, Questão de Ordem”. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião por cinco minutos”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “baderneiro aqui não. Baderneiro, aqui você não pode pronunciar, você não pode pronunciar, você tem que respeitar. Está suspensa a reunião”. Decorridos alguns minutos, o Senhor Presidente: “dando continuidade à nossa reunião, eu pediria a colaboração, a calma, para a gente administrar, esta noite, uma reunião que é benéfica a vocês. Tem uma pessoa inscrita aqui que vai defender coisas de Nova Lima na Tribuna. Então, a gente... Tem pessoas que realmente... Uma multidão dessas tem duas pessoas querendo atrapalhar a nossa reunião e nós não podemos aceitar isso. Então, nós vamos tocar a reunião aqui. Vou ler o ofício ao Ministério Público feito por esta Presidência: ‘Nova Lima, 02 de junho de 2015. Ofício Gabinete da Presidência nº 130/2015. Referência: Informações/Presta. Exmo. Sr. André Luís Garcia de Pinho. DD. Promotor de Justiça da Promotoria de Combate ao Crime Organizado e Investigações Criminais do MPMG. Com a minha cordial visita, diante das notícias veiculadas nos jornais de circulação em Minas Gerais dando conta de suposto esquema de desvio de verbas públicas dentro da Prefeitura de Nova Lima, solicitamos a V. Exa. o envio a esta Casa Legislativa de cópia integral do Relatório de Investigação elaborado por esta Promotoria Especializada, para que possamos não só exercer nosso papel constitucional de órgão fiscalizador, como também auxiliar, no que for possível, na apuração dos fatos. Sem



mais, coloco-me à disposição de V. Exa. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, José Geraldo Guedes. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima'. Então, nós estamos sim, a Câmara vai agir, não baseados em fatos, mas nós vamos agir dentro da lei, que se tiverem culpados, que nós, a Câmara tem a obrigação de agir. Convido, novamente, os vereadores para assinarem. Este ofício será enviado ao Ministério Público". O vereador Nélio Aurélio de Souza: "Senhor Presidente, antes de o Senhor... Questão de Ordem, eu pedi anteriormente ao vereador Alessandro, mas antes de o Senhor concluir, eu tinha me inscrito no Grande Expediente até para falar sobre estas denúncias porque nós temos um negócio mais importante que é esse povo todo que está aí para atendê-los, que é uma coisa muito mais séria até do que a denúncia, é evidente são empregos, não é isso? Que é muito mais importante. Mas eu queria adiantar até para os ânimos se abaixarem um pouquinho, às vezes, existem pessoas que não gostam da gente, a gente não é amado por todos. Mas se procurar saber porque a pessoa gritou 'sai fora Nélio', mais tarde vocês vão procurar saber porque. Bom, eu proponho porque eu sou do PMDB e as denúncias são baseadas no governo de Nova Lima do PMDB. Eu proponho uma CPI séria, as pessoas que são culpadas serão punidas. Esta Casa não tem, na minha opinião, que vereador assinar e pedir para o Ministério Público ou pedir ao governo para apurar. Nós somos fiscais da lei, somos nós que temos que atuar e apurar tudo o que está no jornal". A plateia se manifestou. O vereador Nélio Aurélio de Souza: "Senhor Presidente, eu estou falando porque que eu ia fazer esse pronunciamento no Grande Expediente, eu estou fazendo ele adiantado até porque aí depois nós vamos tratar de outros assuntos. O Senhor podia



consultar o Plenário se a CPI pode ser aberta, o meu voto ela já tem. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “primeiro eu vou atender a proposta lógica do vereador Nélio Aurélio. Vou consultar o Plenário, se o Plenário está de acordo de abriremos uma CPI ou esperarmos a documentação do Ministério Público. Com a palavra, o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, quero aqui parabenizar o vereador Nélio Aurélio, mas eu também vinha com um pedido de CPI. Estou com você, viu vereador Nélio Aurélio e assino, juntamente com você. Obrigado, Presidente”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário se os vereadores estão de acordo com a abertura de CPI. Os vereadores que concordam com a abertura da CPI permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade”. A plateia se manifestou. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu achei que o Senhor foi muito feliz no momento em que o Senhor solicita do Promotor, Dr. André, formalização da denúncia a esta Casa. Esta Casa precisa de receber esta denúncia formalizada. As denúncias que foram publicadas no jornal nessa última segunda-feira, ontem, dia primeiro de junho, realmente são graves e precisam de maior apuração. São graves e precisam de maior apuração. E cabe a nós, da Câmara Municipal, nós, vereadores, acompanharmos de perto e cobrarmos para que a verdade seja trazida à tona. Espero que a apuração seja realizada com absoluta responsabilidade. Como membro do governo do PMDB, eu vou torcer para que essas acusações sejam infundadas. Mas, no entanto...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “pediria silêncio, pediria silêncio”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas, no entanto, caso fiquem comprovadas, que os



culpados sejam responsabilizados de acordo com a legislação brasileira, independente da posição de cada um ou a qual partido pertença. E reafirmo o mais importante é que a investigação precisa ser sempre o resultado da busca honesta e desprendida da verdade. Então, é isso aí, Senhor Presidente, que eu vou assinar com o Senhor essa correspondência solicitando que seja enviada para a nossa Casa, para a Casa, para a Câmara Municipal de Nova Lima a denúncia, para que a gente possa receber, oficialmente, a denúncia porque nós temos que receber, oficialmente, a denúncia. Então, é isso, Senhor Presidente, que eu gostaria de colocar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só questão de ordem para pôr bem... Não discordando, porque a vereadora Ângela tem um entendimento e eu tenho outro, até porque nós somos do mesmo partido, as nossas responsabilidades são muito maiores porque o governo é do PMDB. Então, nós temos aqui a assinatura do Dr. André Garcia de Pinho, Promotor de Justiça, na matéria. Já foram acolhidas as denúncias. A Câmara agora tem que correr atrás dos papéis, ela tem que abrir a CPI e andar atrás”. A plateia se manifestou. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “entendo plenamente o cuidado da vereadora que inclusive sempre... Eu conversei com ela ali nas galerias da Casa e nós entendemos, ela concorda com a CPI também porque não tem outra saída para um procedimento tão cruel, financeiro para o município, como esse. Se nós formos esperar, nós não trabalhamos. Então, a gente tem que chegar primeiro nas investigações do que até a Promotoria Pública. É só isso, vereadora. Mas a ideia do Presidente também não era ruim, só que eu, simplesmente, não concordei com ela, de mandar documento para o Ministério Público. Precisa é nós apurarmos, nós somos fiscais da lei”. O vereador



Alessandro Luiz Bonifácio: “Nélio, você me dá um aparte, Nélio?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou devolver para o Presidente porque eu já falei duas vezes, não vou falar mais. Obrigado”. O Senhor Presidente: “a CPI.. O pedido de CPI já foi aceito. Com a palavra, o vereador André Luiz Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, eu não tenho dificuldade nenhuma para assinar a CPI porque todo mundo sabe que eu sempre fui oposição a esse governo, não concordo com um monte de coisas que acontece, inclusive, pedi, cobre e exigi que se fizesse a prestação de contas quadrimestral, que é obrigação segundo o nosso Regimento e, inclusive, já está marcada a data para o dia dezessete agora, aonde a prefeitura vai estar aqui nesta Casa prestando contas do balanço dos primeiros quatro meses deste ano, esclarecendo a população em audiência pública. Isso eu exigi que se cumprisse como Presidente da Comissão de Orçamento. Então, por isso, a minha assinatura é tranquila em relação à CPI, embora eu acredite que a CPI é para investigar e, pelo o que a gente entendeu da reportagem, já está investigado. Vamos entender, pessoal, já está investigado, pelo o que eu entendi da reportagem, já está investigado. Uma vez, chegando essa investigação do Ministério Público, porque a CPI, quando você abre uma CPI, você... Toda CPI, a conclusão dela tem que ser encaminhada para o Ministério Público. Então, o Ministério Público já investigou segundo o jornal. Se essa denúncia, se essa investigação chegar, aí não tem outro meio, se tiver condenado é cassação, pronto e acabou. Esse é um fato, não tem o que fazer. Mas se tiver que investigar também, paralelamente, a gente investiga, não tem problema nenhum. Mas a conclusão da CPI é encaminhar para o Ministério Público. Então, o papel só seria invertido porque o Ministério Público, segundo o jornal,



já investigou. É só isso que eu queria colocar, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é um momento marcante, hoje, os dez vereadores votarem a favor da instalação de uma CPI, uma vez que para que ela seja instalada, necessitariam apenas de quatro votos e, no entanto, nós tivemos dez votos. Então, eu creio que é a oportunidade que os vereadores têm de cumprir o seu papel de fiscalizador e, assim, apurar de acordo com as informações que foram repassadas através do jornal, não é? Temos conhecimento através do jornal e, com certeza, como o vereador André disse, são investigações feitas pelo Ministério Público e agora a Câmara vai fazer uma investigação paralela. Eu só gostaria de dizer o seguinte, hoje nós temos um público grande de pessoas que estão preocupadas com o seu emprego. Eu imagino o que elas sentiram quando viram os jornais. Boa noite”. A plateia se manifestou. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, só uma... Não vai constituir a comissão não?”. O Senhor Presidente: “calma... Lógico que vou, calma”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Já que o vereador Alessandro Bonifácio disse que se não vai constituir a comissão, eu ia dar uma sugestão, se Sua Excelência me permite. Como eu sou do PMDB e sou governo, pode me pôr que eu estou lá e vou cumprir o meu papel. Mas como eu sou governo, se quiser nomear outro, fica à vontade. E peço também, que eu não cheguei a pedir, o afastamento das pessoas que estão envolvidas nisso no governo até que seja apurado”. A plateia se manifestou. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “que sejam apurados os fatos e, se for inocente, não tem problema. Agora, se for culpado... Mas eu acho que as pessoas e não é só no serviço público, nas autarquias também, particulares, isso é



natural que as pessoas afastem para apurar o que está acontecendo. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer, eu pediria silêncio. Eu queria fazer um pequeno comentário porque é obrigação do vereador correr atrás e denunciar sim. A denúncia sobre a verba destinada ao esporte foi feita por este vereador porque eu não concordo, de maneira alguma, que no ano 2014 foram gastos dezesseis milhões na área de esportes. Vou dizer porque: não construíram uma quadra, não construíram um campo de futebol, apenas tocaram o campeonato amador e algumas modalidades de esportes que são baratas e quero dizer que eu não concordo, em absoluto, que eu tenho cinquenta anos de futebol amador, acompanho o esporte e duvido que nesta área, em 2014, foram gastos dezesseis milhões. Essa denúncia foi feita por mim no Ministério Público”. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício nº 040/15. Nova Lima, 01 de junho de 2015. Do Sr. Abílio Couto, Presidente da Liga Municipal de Desportos de Nova Lima. Ref.: Reunião sobre o Campeonato Amador 2015. O Senhor Presidente: “vejam bem, eu vou fazer um comentário também sobre este ofício. O Campeonato Amador de Nova Lima tem cerca de mais de cinquenta e poucos clubes, está paralisado, a prefeitura tem que definir. Eu volto a repetir, eu sou defensor do esporte há mais de cinquenta anos, eu acho um absurdo uma verba que era para cada clube disputar um campeonato, dez mil reais, eu acho pouco. Eu solicitei ao prefeito que passasse para doze mil e quinhentos. Ao contrário, recebi a resposta que



será cortado cinquenta por cento dos dez mil. O que um clube amador pobre faz com... um clube que não tem uma sede, não tem um campo, não tem nada. Tem a camisa, tem um jogo de chuteira, um jogo de calção e tem o amor, com cinco mil. Eu ainda vou discutir com o prefeito para aumentar esta verba porque o futebol amador é lazer do povo de Nova Lima”. 2) Ofício nº 0131/2015. GABPRE – GABVER. Nova Lima, 02 de junho de 2015. Do Exmo. Sr. José Geraldo Guedes, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Informa os vereadores sobre as Prestações de Contas da Casa. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, essa correspondência que o Secretário acabou de ler é a Prestação de Contas da Câmara?”. O Senhor Presidente: “é informação sobre a Prestação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “informação prévia, não é? Está bom. Tem mais correspondência?”. O Senhor Presidente: “é e será encaminhada a todos os gabinetes”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, na última reunião, o senhor recebeu uma correspondência do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Codema convidando os vereadores a participarem da reunião do Codema que iria discutir a respeito das antenas que estavam sendo colocadas no município de Nova Lima. O senhor fez um convite, reprisou o convite duas vezes, eu me senti até convocada a ir nesta reunião e, realmente, eu fui nesta reunião, foi uma reunião muito boa, onde a Anatel apresentou um estudo que ela fez em Nova Lima desde o Jardim Canadá até aqui no Bairro do Bonfim e um estudo muito bem feito a respeito destas antenas e da radiação. Então, eu gostaria de sugerir, Senhor Presidente, que o senhor estudasse também a possibilidade de a gente estar convidando para estar aqui na Casa estes técnicos da Anatel para que



eles possam passar para todos os vereadores, para todos nós, estas informações que são informações muito importantes e que vão nos ajudar muito porque nós já temos uma legislação que trata da instalação dessas antenas. E o Codema junto com a Secretaria de Meio Ambiente vão enviar para a Casa um anteprojeto pedindo algumas modificações nesta legislação. Então, antes que chegue isso aqui na Casa seria interessante que a gente entrasse em contato com a Anatel para que a gente pudesse ter essas informações mais precisas porque realmente foram muito boas, viu Senhor Presidente? Obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, eu gostaria de comunicar aos nobres vereadores que a Prefeitura Municipal, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, divulgou nos jornais que na próxima segunda-feira, dia oito, estará acontecendo a audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, provavelmente, no dia nove, já tramita na Casa o projeto de lei. Obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “quero comunicar que o vereador Gilson solicitou a esta Presidência que retirasse nesta noite os dois projetos de sua autoria, 1.523 e o 1.524”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 311/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Marcos Raimundo Silva das Graças”. Retirado de pauta pelo autor. 2) Projeto de Lei nº 1.523/2015, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Maria Dias Siqueira. Retirado de pauta pelo autor. 3) Projeto de Lei nº 1.524/2015, autoria do vereador



Gilson Antônio Marques, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Geraldo Mateus da Silveira. Retirado de pauta pelo autor.

4) Projeto de Lei nº 1.525/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Assegura aos irmãos vaga no mesmo estabelecimento de ensino da rede pública municipal”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer.

O Senhor Presidente nomeou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O vereador

Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu sei que já passou, mas talvez... Esta Casa já recebeu denúncias sobre a casa que estava alugada, do Executivo. Não tem como entrar na CPI não?”. O Senhor Presidente: “todos os fatos levantados irregulares podem incluir na CPI”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer

da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 310/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Professor Wendel Cristiano Soares de Mesquita”. A comissão emitiu

parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “o vereador Alessandro Luiz Bonifácio e o vereador André Vieira e Leci Alves Campos são os que confeccionaram este parecer. Falta a Sua Excelência assinar e o André Vieira também”.

O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o pessoal chegou do serviço cansado, está aqui, tem que trabalhar amanhã. Queria pedir Vossa Excelência que consultasse o Plenário se podia deixar para ler os pareceres na próxima reunião e nós irmos já para terceira parte, por favor”. O Senhor Presidente: “vou consultar o

Plenário pela solicitação do vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Flávio de



Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Veja bem, só para gente...”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de completar, vereador, que a pauta está enxuta e não vai demorar não”. O vereador Flávio de Almeida: “é sobre isso mesmo que eu quero falar. Quando a gente passa para outra parte, a gente continua sem resolver o problema, nós só mudamos a parte. Então, ou seja, eu acho, a minha opinião, o senhor deveria pegar uma comissão aqui, ouvir o que realmente eles esperam desta Casa e depois a gente dá sequência e faz isso. Porque quando o senhor muda só de parte, nós vamos só ouvir requerimento agora. Não seria mais então correto que os vereadores retirassem os seus requerimentos e ouvisse realmente o que eles esperam desta Casa? É o ideal”. A plateia se manifestou. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, da minha parte, eu sou autor de três requerimentos, pode retirar de pauta”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “nós conversamos antes da reunião e vários vereadores concordaram em retirar os requerimentos. Solicito ao Senhor Secretário a leitura do Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.521/2015, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários – PEP – no âmbito do Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu pedi Vossa Excelência que consultasse o Plenário para nós retirarmos todos os pareceres e o vereador Soldado Flávio deu uma outra sugestão para tirar os requerimentos também. Aí eu pedi o senhor para consultar o Plenário, por favor”. O Senhor Presidente: “os vereadores concordaram... Já está terminando, senhor vereador. Eu disse a pauta está enxuta, nós já estamos terminando aqui os projetos. Não há



necessidade, este é o último projeto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “este é o último projeto, eu até... Questão de ordem, Senhor Presidente. Eu vou ler este parecer que a Sua Excelência me pediu. O vereador Flávio foi muito feliz nas suas ponderações, até lá atrás nós tínhamos conversado para tirar os requerimentos, mas não chegou... Foi bom que a Sua Excelência falou. É muito mais importante atender eles do que qualquer coisa na noite, não tem nada de importante aqui que venha trazer benefício. O mais importante está aí. Vamos ler isso aqui, vamos encerrar a reunião e vamos ouvir eles”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “é o último”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1.521/2015, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários – PEP – no âmbito do Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. O Senhor Secretário: “aqui tem duas assinaturas de dois vereadores para assinar ainda, Fausto Niquini e André Vieira. Agora acabou”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, é porque a minha fala tem a ver diretamente com a Mesa. Eu queria só fazer uma observação quando o senhor disse que vai encerrar a reunião e passar a palavra para os representantes...”. O Senhor Presidente: “eu não vou encerrar, eu vou dar continuidade à reunião”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, ótimo. Porque a próxima parte da reunião, a constituição da Comissão de Inquérito é importante, se encerrar a reunião a gente não pode constituir essa Comissão ainda hoje”. O Senhor Presidente: “terceira parte, discussão e votação de



indicações, moções e requerimentos, os vereadores concordaram que eles saíssem de pauta. Apresentação de oradores inscritos, não...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu fui inscrito, mas estou abrindo mão também para acabar mesmo”. O Senhor Presidente: “quero dizer para vocês que nós tivemos aqui uma solicitação do Sr. Allysson Morais, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Fórum dos Trabalhadores da Assistência Social de Nova Lima. O Sr. Allysson dará a palavra para vocês todos aqui da Tribuna, dez minutos. O Sr. Allysson... Está chegando aqui o Sr. Allysson para a explanação e terá dez minutos para usar a Tribuna”. O Senhor Allysson Abreu Morais: “Boa noite a todas e a todos os presentes. Em primeiro lugar, agradecemos as Vossas Excelências a oportunidade de falar na Tribuna Popular, enquanto integrantes do Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Nova Lima (FTSuaS-NL). Cumprimos as cidadãs e os cidadãos nova-limenses aqui presentes e agradecemos também às servidoras e servidores públicos de Nova Lima que aqui estão. O FTSuaS-NL é um espaço coletivo de organização política (apartidário) das trabalhadoras e dos trabalhadores da Assistência Social, com ensino fundamental, médio e superior. Nosso objetivo é estimular a articulação política e representar o coletivo dos trabalhadores e das trabalhadoras nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação e controle social do SUAS, visando a efetivação democrática e participativa da Política de Assistência Social. As políticas sociais de Nova Lima são referência nacional, com o premiado Programa Vida Nova e com serviços, programas, projetos e benefícios na área de Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura, entre outros, que oferecem às cidadãs e cidadãos nova-



limenses oportunidades diferenciadas a partir de uma agenda pública que elevou a qualidade de vida do município. O Fórum dos Trabalhadores exalta a contribuição das moradoras e dos moradores de Nova Lima para o progresso da cidade e ressalta a importância da Política de Assistência Social para o desenvolvimento do município. Citamos também espaços e ações importantes como: o Passe Estudantil, a farmácia e laboratório municipal, o Cempre, as creches, habitação popular, entre outros, todos extremamente importantes para a população. Existem na cidade, dentro da assistência social, políticas de transferência de rendas próprias, que é o Programa Vida Nova; equipamentos públicos que cuidam de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência que precisam de proteção integral, como o Abrigo Quintas, Abrigo Ouro Velho e a Residência Inclusiva; equipamentos para o acompanhamento de famílias, prevenção ou apoio em caso de violação de direitos (os CRAS e CREAS), bem como a oferta de benefícios de alta qualidade para a população vulnerável, a exemplo das cestas básicas e de legumes. Todo esse trabalho é indispensável para o município, pois atende: pessoas pobres e extremamente pobres; crianças; adolescentes; mulheres; idosos; vítimas de violência, de exploração sexual e de negligência; pessoas em situação de rua, bem como pessoas com deficiência, estes através de atividades de habilitação e reabilitação social. Ou seja, os avanços da assistência social em Nova Lima permitem que o poder público ofereça mais atenção a quem precisa, diminuindo a pobreza e enfrentando vários problemas sociais da cidade, dentre eles a enorme desigualdade social. O FTSuas-NL cita a Política de Assistência Social, mas destaca a Saúde, a Educação, a Habitação, Cultura, Esporte e Lazer, enfim, o trabalho de todas as áreas que sempre se esforçaram



para melhorar o atendimento aos nova-limenses e promover o crescimento da cidade. Para todas essas ações, independente da Secretaria, o papel das trabalhadoras e dos trabalhadores é essencial. A ampliação e qualificação do corpo de funcionários da Prefeitura foi também estratégica: servidoras e servidores motivados, aprovados em concurso público com amplos conhecimentos e experiência profissional conduzem a gestão, implementação e execução de todas essas ações. Na assistência social, por exemplo, orientam a população, realizam estudo social e encaminhamentos para outras políticas sociais, escuta relacionada à violação de direitos, concedem benefícios, acompanham famílias, desenvolvem trabalhos com grupos, dentre muitas outras ações, visando promover as pessoas atendidas para que deixem sua condição de vulnerabilidade. Mas, infelizmente, viemos aqui hoje para dizer que a qualidade da Assistência Social corre o risco de cair, considerando os dados da fiscalização do Conselho de Assistência Social que tomam como base a legislação da área. Dados oficiais mostram que há falta de profissionais e as cidadãs e os cidadãos que acessam a assistência social já estão sendo prejudicados. A cobertura dos serviços não é capaz de alcançar toda população e dificulta a continuidade do cumprimento das metas nacionalmente estabelecidas para essa política. Por tudo isso o FTSuas-NL manifesta seu temor diante da atual crise econômica, que colocou para o Poder Executivo, inclusive, a possibilidade de exoneração de servidoras e servidores concursados em estágio probatório, pois para toda a Prefeitura essa ação representaria um duro baque e retrocesso. Programas e projetos que precisam ser qualificados e ampliados andariam para trás, com a falta de trabalhadoras e trabalhadores para executá-los. Os direitos



conquistados por servidoras e servidores através do mérito seriam ignorados e desrespeitados. A prefeitura perderia pessoas com extenso vínculo com a população e com formação sólida (muitos com cursos técnicos, especialização, mestrado, doutorado ou mais de uma formação superior), parte considerável do investimento feito pelo Estado seria desperdiçada, dentre muitos outros desdobramentos os quais poderíamos aqui citar. Ademais, os cortes de pessoal, sejam quais forem, fragilizariam ainda mais a economia nova-limense. Muitos negócios dependem do consumo diário das servidoras e dos servidores da cidade. A redução do quadro de pessoal impacta as empresas locais (grandes e pequenas), reduzindo a atividade econômica e a arrecadação. A precarização da Política de Assistência Social - medida francamente impopular - acrescenta outra contribuição negativa para esse quadro, dado que reduz os investimentos nas pessoas mais necessitadas, justamente aquelas que mais impulsionaram e impulsionam a economia nos últimos anos. O FTSuas-NL entende que as conquistas sociais de Nova Lima dependem também da manutenção das trabalhadoras e dos trabalhadores concursados que as efetivaram e as efetivam. É imprescindível a valorização dos serviços públicos para o desenvolvimento da cidade. Compreendemos a gravidade da situação, mas ressaltamos que muito pode ser feito antes da demissão de servidoras e servidores concursados em estágio probatório, lembramos, inclusive, que a lei impede contratação ou realização de concurso público para os cargos exonerados por um prazo de quatro anos. Diante disso propomos ampliar o diálogo com trabalhadoras e trabalhadores quanto às medidas de ajuste fiscal. A princípio, vislumbramos as seguintes alternativas: em primeiro lugar e de forma urgente, a revisão da política de



aluguéis da Prefeitura; em segundo lugar, redução dos salários do alto escalão (prefeito, secretários, concursados e comissionados); em terceiro lugar, a fusão de secretarias; em quarto lugar, a racionalização dos contratos com empresas terceirizadas; em quinto lugar e não havendo mais alternativas, a diminuição do número de contratados e comissionados, posto que o município pode recontratá-los caso a situação financeira melhore. Nesse sentido chamamos atenção para a falta de transparência do ajuste fiscal feito pelo Executivo. As servidoras e servidores têm sido aterrorizados com rumores e notícias imprecisas, a população, por sua vez, não saberia quais os serviços permaneceriam e quais seriam afetados. É necessário, mais do que nunca, jogar luz sobre esse processo. Acreditamos que podemos descobrir saídas que zelem pelo bom andamento do serviço público e pelos valores que aqui defendemos. Colocamos nossas críticas, sugestões, opiniões, argumentos, capacidade técnica à disposição de Vossas Excelências em prol de nossa sociedade, através da participação em Grupos de Trabalho, Comissões e a própria Tribuna Livre. Por isso viemos aqui pedir o apoio dessa Casa, certos do compromisso de todos os vereadores e vereadora com o interesse público e com a população. A compreensão de Vossas Excelências é para nós fundamental porque os maiores afetados seriam os moradores de Nova Lima, que seriam atendidos de forma precária devido à falta de profissionais, em especial, as cidadãs e cidadãos que mais precisam e que utilizam a Política de Assistência Social. Boa noite e muito obrigado”. O Senhor Presidente: “nós entramos em acordo aqui, nós vamos convidar três representantes de cada entidade, sendo o Sindicato, SUAS – Sistema Único de Assistência Social, Associação dos Professores e Associação dos



Guardas Municipais, três pessoas de cada serão representados aqui, na antessala aqui juntamente com os vereadores, poderão entrar... Os convidados poderão passar à direita aqui, entrar, seria mais fácil”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, permite também a presença de três membros da Saúde”. O Senhor Presidente: “pode sim, não tem problema nenhum. Três da Saúde. Então, nós vamos suspender a reunião por cinco minutos ou dez minutos para ouvirmos o pessoal da comissão”. Decorridos os minutos, o Senhor Presidente: “eu pediria um minuto de silêncio. Quero dizer para vocês todos que a reunião foi muito proveitosa e a Câmara Municipal vai convocar urgentemente os Secretários que estão tratando dos assuntos e medidas que serão tomadas com relação a vocês servidores. A reunião foi muito boa. Eu quero dizer que nove vereadores concordaram solicitando a documentação do Ministério Público. Infelizmente, eu, nesta Casa, eu não deixo nada ficar no ar, somente o vereador Nélio não quis votar, sendo que foi uma pessoa que mais bateu sobre CPI. Então, o Nélio não assinou, mas os nove assinaram. Isso não importa muito, é necessário somente seis vereadores para que fosse aprovado a minha solicitação. Então, vocês podem contar com todos os vereadores principalmente comigo porque eu trabalhei na prefeitura quarenta anos, comecei varrendo rua e nunca, jamais, em tempo algum, votei contra o servidor público porque o servidor público é o coração de nossa cidade. Infelizmente, quero pedir desculpa por algumas pessoas que exaltaram aí, ofendendo o vereador Nélio. Então, eu, como Presidente, não posso aceitar isso nesta Casa. É uma Casa aberta, tinham dois elementos tentando tumultuar a reunião e, pelas informações que este vereador tem, o Presidente da Câmara tem, que não são servidores, vieram aqui



para tumultuar, infelizmente. Isso aqui é uma Casa de paz”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____